

## Ficha de Avaliação

### DIREITO

**Tipo de Avaliação:** AVALIAÇÃO DE CURSOS NOVOS

**Instituição de Ensino:** INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO (IDP)

**Programa:** Direito Econômico e Desenvolvimento

**Número/Ano:** 1305/2017

**Modalidade:** PROFISSIONAL

**Área de Avaliação:** DIREITO

**Área de Avaliação da Submissão:** DIREITO

**Período de Avaliação:** Análise de Mérito de APCNs

**Data da Publicação:** 06/12/2018

Cursos		
Nome	Nível	Situação
Direito Econômico e Desenvolvimento	Mestrado Profissional	Projeto

#### Parecer da comissão de área

#### 1 - CONDIÇÕES ASSEGURADAS PELA INSTITUIÇÃO

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
1) A proposta contém indicadores de que a instituição está comprometida com a implantação e o êxito do curso?	-	Sim
2) O programa dispõe da infraestrutura - instalações físicas, laboratórios, biblioteca, recursos de informática ... - essencial para o adequado funcionamento do curso?	-	Sim

**Conceito da Comissão:** Sim

**Apreciação:** 1) O projeto apresenta coerência para com a política de pós-graduação da instituição, uma vez que o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), mantenedor da Escola de Direito de Brasília (EDB), tem seu PDI declaradamente voltado para o desenvolvimento econômico aliado à promoção da justiça social e da cidadania, bem como da superação de desigualdades sociais regionais. O projeto proposto é voltado para o Direito Econômico e o Desenvolvimento, sendo este, inclusive, o título do programa.

A EDP/IDP oferece atualmente os cursos de Graduação em Direito (Nota 5 na avaliação da CAPES), Especialização em Direito, com 11 (onze) diferentes modalidades e Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional, sendo este último oferecido desde o ano de 2007, tendo obtido na última avaliação quadrienal CAPES a nota 4, onde foi reconhecido como diferencial da proposta proposição de soluções para os desafios sociais, políticos e econômicos das democracias constitucionais contemporâneas. O IDP inclusive já dispõe de um Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública, ofertado pela Escola de Administração de Brasília, mantida pelo IDP.

Nota-se, pois, ser o mestrado profissional em direito um passo natural no desenvolvimento orgânico da pós-graduação da instituição.

## Ficha de Avaliação

Resta evidenciada clara clara distinção entre os produtos finais almejados para o curso e aqueles buscados pelo mestrado acadêmico da mesma instituição, já que o curso de mestrado profissional está voltado para gerar profissionais cuja inserção não se volta ao cenário acadêmico, mas sim a profissionais dos setores público e privado com atividades relacionadas ao Direito Econômico, como consultores econômicos especializados, departamentos jurídicos de bancos e de fundos de investimentos, servidores públicos de carreiras como as da Advocacia-Geral da União (Advogado da União e Procurador Federal, do Banco Central do Brasil e da Fazenda Nacional), Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Auditor-Fiscal da Receita Federal, Magistratura Federal, Procurador da República, Procuradores Estaduais, Analistas do Banco Central do Brasil, Especialistas de Agências Reguladoras, e profissionais de organismos internacionais sediados no Brasil, cuja sede é a capital federal. Afirma-se, em síntese, como objetivo do curso e perfil do egresso, que o profissional disponha de um amplo arcabouço conceitual, técnico e instrumental voltado a desenvolver estratégias jurídicas para lidar com a constante mutação normativa e regulatória das relações econômicas do Estado com a sociedade, capacitando-o a introduzir inovações e aperfeiçoamentos nas instituições e nos institutos jurídicos que influenciam a atuação estatal no domínio econômico.

2) A proposta apresenta estrutura adequada à realização do curso, com apresentação de condições materiais ajustadas à execução do projeto que, ademais, conta com o apoio de entidades como a CNR- Confederação Nacional dos Registradores, ANOREG-BR – Associação dos Notários e Registradores do Brasil, INTERFARMA – Associação da indústria farmacêutica de pesquisa, ITAIPÚ Binacional e Caixa Econômica Federal, os quais manifestaram formal e documentalmente seu apoio à realização do projeto.

Há grande relação de convênios formulados a partir da Escola de Direito de Brasília e dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e Pós-Graduação Stricto Sensu com instituições internacionais em um total de 12 (doze), 6 (seis) dos quais firmados nos últimos quatro anos (2013-2016) com IES da Alemanha, Estados Unidos, Espanha e Portugal, a saber, com a Faculdade de Direito da George Mason University, de Washington, Estados Unidos, com a Faculdade de Direito da Universidade de Granada (Espanha), com a Fundação Peter Häberle (Granada, Espanha), com a Fachhochschule für öffentliche Verwaltung NRW (Alemanha), e com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Apresenta instalações físicas de excelência, inclusive biblioteca bem aparelhada e condições de acessibilidade,, ademais de viabilidade econômica e sustentabilidade em virtude da Graduação e número expressivo de especializações bem situadas.

## 2 - PROPOSTA DO CURSO

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
1) A proposta é adequadamente concebida, apresentando objetivos, áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular bem definidos e articulados?	-	Sim

**Conceito da Comissão:** Sim

**Apreciação:** Há apenas uma área de concentração, que é o Direito econômico, a qual se verticaliza mediante uma

## Ficha de Avaliação

linha de atuação única, de Direito econômico, instituições e democracia. Nesse sentido, enquanto a área de concentração situa o campo de atuação no plano do Direito Econômico, a linha de atuação o aproxima dos resultados práticos pretendidos, ao entrecruzar a dinâmica jurídica com a prática democrática pelo filtro das instituições. Com isso se logra a dimensão prática própria do mestrado profissional.

A estrutura curricular das disciplinas, em termos de ementas, bibliografia e conteúdo estão adequadamente voltadas à produção do conhecimento que se almeja no projeto.

Os projetos de pesquisas são voltados a temáticas absorvidas pela linha de atuação proposta.

A produção intelectual dos participantes do projeto encontra-se ajustada aos projetos de pesquisa e às disciplinas do curso das quais cada professor participa.

100% dos professores envolvidos no projeto são doutores, dos quais apenas 3 (três) obtiveram o título há 3 (três) anos ou menos.

Há um núcleo de 5 (cinco) disciplinas obrigatórias que são mais amplamente abrangentes da linha de atuação, contando, depois, com outras 17 (dezesete) disciplinas de campos mais especializados, de modo a permitir uma amplitude de absorção de projetos orientados à linha de atuação comum.

O curso prevê 18 (dezoito) créditos de disciplinas, mais 6 (seis) de pesquisa. Cada disciplina equivale a dois créditos. Deste modo, com as cinco disciplinas obrigatórias compõe-se ao redor de 60% do programa, com 40% de disciplinas eletivas, o que permite flexibilidade razoável dos projetos dos acadêmicos.

Os projetos de pesquisas que vinculam os professores tiveram início majoritariamente antes da proposta do curso, um deles em 2014 e três em 2016, e apenas um em 2017 implicando, somados, a totalidade do corpo docente. O número de projetos é adequado ao volume de professores do corpo docente, porém, o seu conteúdo não cobre a integralidade da linha de atuação.

Entretanto, dois dos cinco projetos são individuais. Conquanto seu conteúdo seja ajustado à linha de atuação, não há qualquer justificativa apresentada para tanto. Há que se observar, contudo, que o formulário de propostas não contempla um campo próprio para apresentação da justificativa pertinente, que deveria explicar a razão deste fato. Os professores implicados em tais projetos individuais não participam dos demais projetos.

O número de vagas por seleção (dez) é ajustado ao número de professores do programa, uma vez que, não obstante sejam 11 os professores do corpo permanente, 4 (quatro) deles possuem dupla vinculação como permanentes em outras instituições.

A obtenção do título está condicionada à apresentação de uma dissertação a partir de estudo de caso, o que mostra o recorte próprio do curso de mestrado profissional.

### 3 - DIMENSÃO E REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
1) O número de docentes, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, é suficiente para dar sustentação às atividades do curso, consideradas as áreas de concentração e o número de alunos previstos?	-	Sim

**Conceito da Comissão:** Sim

**Apreciação:** O corpo docente é formado por onze professores permanentes, nove dos quais com 40 horas de

## Ficha de Avaliação

dedicação semanal à instituição e dois com 20 horas. Todos os professores dedicam o total de horas de docência ao programa de mestrado profissional, exceto um deles que, tendo 40 horas dedicadas à instituição, vincula apenas 20 ao programa à proposta sob análise.

Todos os professores são doutores.

Os professores permanentes duplicados são quatro em um total de onze, permanecendo abaixo do limite máximo permitido de 40% do corpo permanente.

Não há professores colaboradores.

A proposta afirma que os programas anteriores de graduação e pós-graduação existentes na instituição proporcionaram prévio convívio docente o que teria levado à formação da proposta acadêmica do mestrado profissional. Afirma-se que todos os 11 (onze) docentes do PMPDED já são professores da EDB/IDP há algum tempo, dos quais 06 (seis) são docentes regulares na Graduação em Direito e nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e os outros 05 (cinco) ministram disciplinas nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

Há um diferencial de recorte profissional no corpo docente, na medida em que dos 11 (onze) docentes, 05 (cinco) exercem predominantemente a Advocacia, 02 (dois) são Magistrados, 02 (dois) são Consultores no Congresso Nacional, 01 (um) é Auditor Federal de Finanças e Controle do Ministério da Transparência e apenas 01 (um) concentra-se em atividades de Docência e Pesquisa.

As vinculações temáticas do trabalho e produção intelectual dos professores atende à temática proposta para a linha de atuação, em adequada sinergia com a proposta temática e área do curso.

Há apenas três jovens doutores frente a oito doutores experientes o que permite a conformação de experiência em orientação e liderança junto ao grupo.

### 4 - PRODUTIVIDADE DOCENTE E CONSOLIDAÇÃO DA CAPACIDADE DE PESQUISA

Itens de Avaliação	Peso	Avaliação
1) O programa conta, especialmente no que se refere ao seu Núcleo de Docentes Permanentes, com grupo de pesquisadores com maturidade científica(*), demonstrada pela sua produção nos últimos cinco anos, e com nível de integração que permitam o adequado desenvolvimento dos projetos de pesquisa e das atividades de ensino e orientação previstos?	-	Sim

**Conceito da Comissão:** Sim

**Apreciação:** Todos os docentes permanentes publicaram pelo menos 1 (um) título em livro, capítulos de livro, artigo em periódicos científicos qualificados ou trabalho completo em anais de eventos por ano, nos últimos 4 (quatro) anos. Mais de 50% da produção do corpo docente concentra-se em extratos superiores, classificados em periódicos A1, A2 e B1, o que atende, também, os requisitos estabelecidos pelo documento para APCN.

Cada professor do programa tem ao menos uma produção técnica/por ano, nos últimos 4 anos, sendo a produção considerada boa.

A integralidade dos professores tem experiência em orientação sendo que vários deles já fizeram orientação do doutorado.

## Ficha de Avaliação

### Parecer da comissão de área sobre o mérito da proposta

Quesitos de Avaliação	Peso	Avaliação
1 - CONDIÇÕES ASSEGURADAS PELA INSTITUIÇÃO	0.0	Sim
2 - PROPOSTA DO CURSO	0.0	Sim
3 - DIMENSÃO E REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	0.0	Sim
4 - PRODUTIVIDADE DOCENTE E CONSOLIDAÇÃO DA CAPACIDADE DE PESQUISA	0.0	Sim

### Mestrado

Aprovar: SIM

### Apreciação

A instituição assegura adequadamente a proposta, que decorre de uma evolução natural do seu processo de constituição, oferecendo condições materiais para o desenvolvimento do projeto e contando com importantes parcerias e convênios capazes de proporcionar os meios para sua concretização.

A proposta do curso encontra ajuste interno entre área, linha de atuação, disciplinas, carga horária, projetos e produção intelectual do corpo docente.

A dimensão e regime de trabalho do corpo docente demonstra vinculação com a instituição, bem como uma adequada distribuição de docentes do corpo permanente - todos doutores - com dedicação quase total de horas ao projeto. Conta, ademais, com boa parte de pesquisadores experientes, capazes de orientar as diretrizes do curso.

A produção intelectual indicada pelo corpo docente figura entre os estratos superiores e há farto volume de trabalhos apresentados, bem distribuídos entre o corpo docente.

### Membros da Comissão de Avaliação

Nome	Instituição
OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR (Coordenador de Área)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### Complementos

#### Destacar os principais dados e argumentos que fundamentam a atribuição da nota

Pertinência temática entre área, linha de atuação, produção do corpo docente.

Evolução gradual e progressiva da IES que aponta para o desenvolvimento do mestrado profissional como um passo natural decorrente das atividades de mestrado acadêmico, pós-graduação lato sensu e graduação.

Vínculo de atividades do corpo docente com outros projetos institucionais e vínculo entre si, em projetos de pesquisas.

## Ficha de Avaliação

**Apreciações ou sugestões complementares sobre a situação ou desempenho da proposta**

**Parecer do CTC sobre o mérito da proposta**

**Parecer Final**

**Mestrado**

**Aprovar: SIM**

### **Apreciação**

O curso de Mestrado Profissional em Direito Econômico e Desenvolvimento, do INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO recebeu parecer positivo da comissão de área, com avaliação positiva nos quatro quesitos de avaliação, os quais garantem o compromisso institucional, proposta bem constituída e corpo docente com produção qualificada e amadurecimento em formação de recursos humanos, com orientações em IC e TCC. Diante do exposto, o CTC-ES acompanha o parecer da área e recomenda o funcionamento do curso.